

NA TRAMA DA REVOLUÇÃO FRANCESA COM JULES MICHELET

Alcileide Cabral do Nascimento *

Compreender a história da Revolução Francesa sem percorrer o enredo revolucionário traçado pelo genial historiador francês Jules Michelet, é deixar de conhecer as mais belas páginas sobre a Revolução, escritas numa linguagem emotiva e envolvente, que reconstitui o movimento revolucionário na sua magnitude e na sua força. Sem dúvida, após a leitura da sua obra intitulada *História da Revolução Francesa*, podemos afirmar que há um antes e um depois, marcado pela análise, interpretação e imaginação desse grande historiador.¹⁸⁷

Michelet não viveu a Revolução, não foi um contemporâneo do movimento revolucionário e sim da Era Napoleônica. Vindo de uma família de artesãos, cujo pai, Furcy Michelet, era tipógrafo, arruinado por Napoleão, desde cedo o jovem Jules Michelet enfrentou situações difíceis. Apesar da sua humilde origem e condição social, galgou com êxito o mundo das letras, tornando-se Bacharel em 1816 e, três anos depois, Doutor em Letras, conseguindo assim ingressar como professor no Collège de France. Contudo, a reação conservadora e o declínio do próprio radicalismo, somado à sua recusa ao juramento de Napoleão III levaram Michelet a perder a cátedra na Universidade. Foi destituído do cargo de arquivista e até a sua morte viveu pobremente.¹⁸⁸

A sua obra consagrada à História da Revolução Francesa foi publicada em sete volumes, entre os anos de 1847 e 1852. Segundo François Furet, nesse momento a temática da Revolução Francesa ocupava a cena nacional, levando Michelet a incluir o estudo desse tema no programa de seu curso no

* Profa. da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutoranda em História pela USP.

¹⁸⁷ Cf. Michelet, Jules. *História da Revolução Francesa*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras/ Circulo do Livro, 1989.

¹⁸⁸ Sobre a biografia de Jules Michelet há o interessante livro de Barthes, Roland. *Michelet*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Collège de France, recebendo apoio do seu amigo Edgar Quinet, também catedrático daquela Universidade. Ambos ministraram cursos sobre os jesuítas, travando assim uma batalha “contra as pretensões que tinha a Igreja Católica de controlar a Universidade”.¹⁸⁹

A REVOLUÇÃO: TRAMA E FISSURA COM O CRISTIANISMO

Ao analisar o movimento revolucionário francês, logo na introdução, Michelet apresenta as forças do Antigo Regime que mergulharam seu país nas ‘trevas’: a Igreja e a Monarquia. Ao firmar sua posição contra a Igreja, se contrapõe à opinião corrente, inclusive do próprio Quinet, de que a Revolução era filha do Cristianismo. Ao mesmo tempo, procura mostrar de que maneira a Monarquia já tinha destruído as bases de sua legitimidade, pois o rei não representava mais o seu povo.

O primeiro problema que o autor se coloca é saber em que medida a Revolução é continuidade e ruptura com o Cristianismo, trama e fissura com a idéia- força da fé e da fraternidade entre os homens. Ao formular essa questão, ele discute os elementos que lhe são fundamentais: os significados da Revolução e do Cristianismo.

Ao definir, no início da sua obra, a Revolução como “o advento da Lei, a ressurreição do Direito, e a reação da Justiça”, o autor sugere implicitamente a chegada de uma nova época que se fundamenta na lei, que faz ressurgir o direito, restabelecido em sua plenitude na sociedade e que implicará numa outra forma de agir, re-agir, de responder da própria justiça.¹⁹⁰ Nesse sentido, a Revolução inaugura um mundo novo, que não se fundamenta na vontade real, e sim na lei e justiça dos homens, o que leva a uma ruptura com o Antigo Regime.

¹⁸⁹ Cf. Furet, François e Ozouf, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Trad. Henrique Araújo Mesquita. São Paulo: Nova Fronteira, “Michelet” por François Furet, p.1022.

¹⁹⁰ Michelet, J. Op. cit., p. 39. Para as próximas citações deste livro, indicaremos a página no corpo do próprio texto.

Ao mesmo tempo, esse discurso da verdade pautado em outro campo de saber, na lei, no direito, e não mais nos costumes, na tradição, na ordem hierárquica da sociedade monárquica rompe com a noção de verdadeiro e de falso pré-estabelecida, instaura um novo saber, um discurso sobre o jurídico como instância legítima de definição de uma nova ética, ponto de clivagem e de rompimento com o passado.

Porém, as palavras usadas pelo autor para definir revolução – *advento, ressurreição e reação* – implicam numa volta ao passado, um passado reinventado, mitificado, guardião das origens, de uma liberdade e de uma justiça já vividas e solapadas pelo Cristianismo. Sem descrever ou recriar esse passado que precisaria re-surgir e impulsionar a re-ação para estabelecer o novo, o passado figura na narrativa como um horizonte do possível e do necessário, da re-conquista, na insurgência das expectativas desabrochadas pela própria Revolução. O passado é reinventado e nele se planta a semente de uma sociedade que era fraterna e justa em suas origens.

Enquanto a Revolução tem o poder de reinstaurar o lugar da igualdade, o Cristianismo é considerado arbitrário porque define a fé como condição de salvação e menospreza a justiça. Como a salvação depende da vontade e graça de Deus, o homem torna-se refém das deliberações divinas.

Se o Cristianismo tem como fundamento a arbitrariedade, por que a Revolução é então sua herdeira e sua adversária? Para o autor, ambos comungam o sentimento de fraternidade humana. Contudo, para a Revolução o importante é o amor do homem pelo homem, expresso no dever mútuo, na igualdade jurídica e na aplicação da justiça a todos, o que lhe imprime um sentido e um caráter universais. Já o Cristianismo firma a fraternidade no parentesco, na filiação, no sangue comum, o que delimita e exclui a própria possibilidade de ser fraterno com o próximo.

Percebe-se que ao enfatizar a lei e o direito como bases da nova sociedade que se inaugura com a Revolução, Michelet requalifica a noção de justiça, concebendo-a como um valor que define a própria natureza humana, algo doravante 'inerente' e

‘natural’ ao homem. Nas palavras do autor, “a noção espiritual da justiça que está na natureza humana”. Assim, o direito, a lei e a justiça galgam um novo estatuto na sociedade, que redefine o lugar da verdade e da mentira, do certo e do errado, do julgamento e da punição, contrapondo-se à ordem medieval, fundada na fé, nos costumes, na arbitrariedade da Igreja, que impregnava e maculava a sociedade do Antigo Regime. Esse mundo ordenado pelo Cristianismo é qualificado, então, como “sombrio”, “velho”, tempo de “luto” e de “trevas”.

Se a mentalidade medieval marcava a forma de ser do Antigo Regime na França, é evocada como um tempo no qual a sociedade estava mergulhada “no luto” e nas “trevas” da ignorância, a Revolução inaugura um outro tempo, o tempo da esperança, da tolerância, da liberdade humana e do saber. Tempo de um novo mundo qualificado como “jovem”, moderno, irradiador de “luz”, de “justiça”, de “esperança”, de “liberdade”.

A presença da dualidade na narrativa micheletiana é uma das características pontuadas por Hayden White. Categorias duais que povoam o campo histórico, as “do vício e as da virtude – entre tirania e justiça, ódio e amor, com momentos ocasionais de conjunção”. Assim, travam confrontos o mundo velho com o mundo novo, a tirania com a justiça, as trevas com a luz, a prisão com a liberdade.¹⁹¹

A REVOLUÇÃO NOS DESCAMINHOS DA MONARQUIA

A segunda questão, colocada ainda na introdução por Michelet, se refere ao Estado monárquico. O autor procura entender/explicar como essa instituição se tornou injusta ao longo dos anos, buscando nas suas entranhas explicações para a ruptura, para o surgimento da Revolução.

¹⁹¹ Cf. a brilhante análise sobre Michelet e a historiografia do século XIX de White, Hayden *Meta – História: A imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurêncio de Melo. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 161.

Michelet pontua alguns aspectos que considera importantes para compreender o quanto a Monarquia era tirânica: a relação entre o povo e o seu rei; a situação do povo na França; as novas idéias; os problemas financeiros do Estado monárquico; as formas de aplicação da justiça no Antigo Regime; e a simbologia em torno das prisões. O que orienta a sua análise é a questão da justiça, ela representa o elemento-chave para identificar e explicar os diversos níveis de esgotamento da Monarquia francesa. Em sua narrativa, Michelet deixa subentendido que além de ser arbitrária, tanto quanto a Igreja, a Monarquia era fundamentalmente injusta.

Segundo o autor houve uma época em que o povo amava o seu rei. Sem voltar muito no tempo, identificou esse rei como sendo Luís XIV, porque havia um esforço da realeza “em fazer justiça igual para todos, em diminuir a odiosa desigualdade do imposto”. Mas os reis que lhe substituíram, em especial Luís XVI, não souberam retribuir o amor de seu povo e foram “duros” com ele. Além disso, escolheram seus eleitos, a Corte de Versalhes, e se afastaram do povo a ponto de sequer ver ou ouvir o terrível sofrimento em que vivia. Esse sofrimento, visível na aparência miserável do povo humilde, no semblante triste, na magreza do corpo coberto com andrajos, na inscrição do horror e da pobreza em suas faces, não merecia o olhar ou a compaixão do seu rei.

O povo também era objeto de extorsões diversas, da exorbitante exploração do trabalho e do pagamento de múltiplos impostos, levando o fisco a apoderar-se inclusive do gado, fonte de alimento, quando o camponês não possuía mais móveis para serem apreendidos. Essas ações eram reveladoras da insensibilidade da realeza para com o sofrimento do povo comum, mostrando a sua face cruel e dura. A miséria grassava o campo, a agricultura se retraía, enquanto o rei vivia alegremente o seu cotidiano.

As novas idéias que pairavam sobre a sociedade questionavam as relações de poder, o estatuto da autoridade real, o pacto entre o rei e seus súditos; colocavam novas

possibilidades; apontavam para uma redefinição do ordenamento da própria sociedade. Michelet refere-se a Montesquieu, Voltaire e Rousseau como intérpretes desse novo ideário de justiça. Ao eleger o Direito como o “Deus” da sociedade, ele convoca também os homens para serem sujeitos de direitos desse mundo, não apenas ‘revirar’, mas ‘criar’ um mundo novo, fundado na igualdade de justiça.

Assim, se por um lado a Revolução é filha da miséria em que se encontrava o povo da França, por outro, ela também decorre da mudança do mundo pelos novos valores, transformações que já se haviam iniciado nos espíritos, fruto da difusão das idéias, das aspirações por um novo devir.

O POVO NA TRAMA DA REVOLUÇÃO

Ao analisar o significado da convocação dos Estados Gerais em 1789 e da Tomada da Bastilha, Michelet coloca em cena o povo. Não mais aquele povo submisso do Antigo Regime, que é visto pelo autor como “criança”, “ingênuo”, “resignado”, “paciente”, noções que falam de significados que dão a idéia de tutela, de inferioridade, de fragilidade, de menoridade, de incapacidade de exercício de poder, porque o povo sequer tinha consciência de sua força, de sua soberania.

Quando tem início o processo revolucionário, percebe-se a mudança na concepção do povo na obra. O povo passa à condição de sujeito da história, um povo que luta, sai do seu silêncio, e rompe com a sociedade. A categoria povo ganha outras qualificações: “vingador”, “colérico”, que chega à sua maioria, e sob o impulso da força, faz aplicar a justiça, destrona o Antigo Regime.

Ao descrever e analisar o Antigo Regime, o povo, na narrativa micheletiana, é um ente coletivo, uniforme, sem nome, sem identidade específica. Nesse momento, não é possível perceber as diferenciações existentes na categoria “povo”, somos informados apenas que parte dele pertence ao mundo rural.

No momento em que Michelet começa a analisar as eleições de 1789, é atribuída nova dimensão à categoria povo. Podemos observar a multiplicidade presente no sujeito-povo através da composição e atuação do Terceiro Estado – advogados, homens letrados, burguesia, comerciantes –, e da descrição da insurreição de Paris: as massas urbanas, os que a fazem, os que moram e sofrem na cidade – operários, guardas, mulheres, crianças, tipógrafos, ladrões, o povo miúdo, homens iletrados, camadas pobres urbanas. O povo aparece com faces, nomes, identidades, vozes, direito a fala, direito ao ato, poder de rebeldia.

EM CENA, UM NOVO ATOR : AS MULHERES

A sensibilidade e a atualidade do historiador Michelet revela-se em toda a sua magnitude ao colocar, na vanguarda da Revolução, as mulheres. Enquanto os homens vivem e lutam no espaço da rua, da cidade, a mulher labuta na casa, entregue aos afazeres domésticos, aos cuidados com a família: “Permanece na casa fria, desmobiada e desprovida, com filhos que choram, ou doentes, agonizantes, que não choram mais...” (p.256). São elas comerciantes, porteiras, prostitutas, compassivas, caridosas, solteiras, casadas, pobres, operárias, mães.

Diante da impotência de todos em resolver a fome, a miséria e o desemprego em Paris, das tergiversações da Assembléia Nacional, elas decidem e exigem a presença do rei em Paris, na perspectiva que aponta o ingênuo e o profundo desse ato, nas palavras de Michelet, isto é, a idéia de que “O rei deve viver com o povo, ver seus sofrimentos, sofrer com eles, formar com ele a mesma família” (p.251).

Premidas pelas necessidades básicas, as mulheres entram na cena política, enfrentam o poder instituído na Prefeitura; armadas e acompanhadas pelos homens, dirigem-se a Versalhes e trazem o rei para Paris.

As mulheres são vistas como atores políticos importantes, tomam a rua, a praça, as armas, a cena. Direcionam o

movimento revolucionário e exigem ação, solução para os seus dramas cotidianos, o da sobrevivência, ao mesmo tempo em que forçam os atores a se posicionar.

OS CENÁRIOS DA REVOLUÇÃO: PARIS E VERSALHES, PARIS VERSUS VERSALHES

Os lugares espaciais da narrativa estão imersos na dimensão dualista que caracteriza o enredo micheletiano. Tanto quanto os homens, Paris e Versalhes têm atributos específicos, emoções e filiações políticas opostas, representações e interesses divergentes, às vezes opostos, às vezes minados pela presença das forças que se opõem em um mesmo território, em um mesmo palco. Cidades que portam bandeiras diferentes, que territorializam a luta, o confronto entre o Antigo e o Novo mundo, que personificam a Monarquia e a República, a Tirania e a Justiça.

A narrativa nos leva sempre de uma cidade à outra, mostrando seus personagens, seus enfrentamentos, suas ruas, seus espaços bélicos, seus lugares simbólicos, seus lugares sagrados, e a multidão que nem sempre obedece, que muitas vezes se torna insubmissa, que foge aos controles, que age sob impulso, sob pressão da fome, da miséria, da indignação.

Imagens da cidade que a transformam em ator político: *“Ali, Paris, por sua voz autorizada, assumiu o compromisso de defender a Assembléia Nacional”* (p.133).

As cidades em confronto: *“Uma revolta militar, uma prisão arrombada, tudo isso aparecia em Versalhes sob o aspecto mais sinistro”* (p.140); *“Versalhes estava tomada de alegria. Paris, a despeito de sua vitória, estava ainda no alarme e no luto”* (p.175).

A Revolução que transita de um a outro lugar, ainda incerta:

Versalhes, com um governo organizado, um rei, ministros, um general, um exército, era apenas

hesitação, dúvida, incerteza, na mais completa anarquia moral.

Paris, transtornada, desamparada de toda autoridade legal, em uma aparente desordem, atingiu a 14 de julho o que moralmente é a ordem mais profunda, a unanimidade dos espíritos. (p.153).

Essa dualidade só é secundarizada quando a Revolução se espalha pela França, quando entram em cena as demais províncias, que se aliam, que se filiam contra ou a favor do movimento revolucionário, que medem forças, que se contrapõem às mudanças, que se confraternizam com os revolucionários.

Enquanto a Assembléia Nacional tergiversa, a nobreza e a realza percebe a dimensão do movimento, deixando claro o seu desafeto, e a Revolução prossegue incendiando almas, deixando em chamas o campo. Os camponeses fazem “sua justiça”, reconhecem seus inimigos, combatem seus opressores. Para Michelet, não há mais autoridade na França, e as noções de justiça e de direito são interpretadas a partir da experiência e da dor de cada um. A fome e a violência grassam por toda a França, plasmam os franceses.

A narrativa busca o uno, à procura do elemento universal, unificador; declara que “A França é um soldado”, “Ela tornou-se ao mesmo tempo uma espada e um princípio”. É neste sentido que White chama a atenção para a necessidade da “unicidade do todo” em Michelet, já que a individualidade das partes é só aparente. Na França, o impulso “natural” em favor da fraternidade vence as forças “artificiais”, que representavam uma “barreira” à união dos homens entre si.¹⁹²

A França se confraterniza. A França se federaliza. Sob o olhar emotivo e esperançoso, Michelet vislumbra seu país no frescor e na alegria da infância, “*A França é a criança sobre o*

¹⁹² Cf. White, H. Op. cit., pp. 161-162.

altar, e toda a terra à sua volta”, imagem que evoca a possibilidade de esperança e da construção de um outro futuro para a nação.

A NARRATIVA IMAGÉTICA: A TOMADA DA BASTILHA

O poder da imagem figurada através do uso da metáfora tem na obra de Michelet um grande momento quando analisa a Tomada da Bastilha. A narrativa metafórica, emotiva, descritiva, analítica e torrencial nos conduz para o palco da luta, o calor das discussões, o furor das massas, revelando o significado simbólico da prisão e da sua destruição. A história romanceada de Michelet nos transporta da condição de simples leitores, e nesse momento somos acometidos pelas paixões e pela indignação dos atores, torcemos pelo fim da Bastilha.

O uso da metáfora percorre o texto, a idéia da Tomada da Bastilha é associada ao dia, à luz que ilumina os espíritos, que orienta os homens: *“Uma idéia nasceu sobre Paris com o dia, e todos viram a mesma luz. Uma luz nos espíritos, e em cada coração uma voz: ‘Vai, e tomarás a Bastilha!’”*(p.153).

A história com sentido de justiça, da justiça em ação, do homem como portador natural de um discernimento do que é justo, algo que lhe é próprio, que o caracteriza, se expressa e se dimensiona nas palavras metafóricas de Michelet *“A história voltou naquela noite, uma longa história de sofrimentos, no instinto vingador do povo”*. (p.155).

O enfrentamento dos dois mundos, o Antigo e o Novo em devir, tem no autor um momento sublime, quando Benseval, responsável pela defesa da Bastilha, não reage, recebe e ouve um representante do povo e lamenta depois não ter mandado prendê-lo: *“Eram o Antigo Regime e a Revolução que acabavam de se ver face a face, e esta deixava o outro tomado de estupor”*. (p.157).

No século XIX o estudo da história profissionalizou-se. Cátedras foram criadas e progressivamente a profissão foi reconhecida na academia. Em meados do século surgiram os grandes periódicos nacionais de estudos históricos. Discutia-se ainda se a história era uma ciência, uma arte ou uma combinação de ambas, e qual o seu sentido.

Michelet era um historiador profissional e um profundo conhecedor do acervo arquivístico francês. Além de ler tudo o que os historiadores da sua época leram sobre a Revolução, realizou uma vasta pesquisa em arquivos que substanciou sua obra. Apesar de parte deste acervo ter pego fogo durante a Comuna em 1871 e de Michelet frequentemente não indicar as fontes documentais que utiliza, nada diminui ou invalida, seja sua obra, seja seu talento, sendo considerado pelos estudiosos como um dos maiores historiadores da Revolução Francesa.

Segundo Hyden White, Michelet é um dos mestres da chamada Historiografia Romântica. Nas palavras desse autor, *“os românticos repudiaram todos os sistemas formais de explicação e tentaram conseguir um efeito explicativo utilizando o modo metafórico para descrever o campo histórico e o mythos da estória romanesca para representar-lhes os processos”*. O peso explicativo é lançado sobre o *modos de elaboração do enredo*, onde reside o segredo dos historiadores românticos, isto é, praticam a arte da explicação através da elaboração do enredo que escolhem para armar ou informar a estória que narram. Daí a importância de perceber em Michelet a força das metáforas na composição da trama revolucionária, como podemos observar ao longo do texto.¹⁹³

A objetividade histórica em Michelet está na possibilidade do historiador não se mover *“por qualquer interesse particular”*, mas seguir *“o caminho balizado pelas emoções de seu coração”*. Se este caminho implica em ser objetivo, é algo absolutamente questionável. Dizia que o historiador tinha mesmo que ser

¹⁹³ Ibid, pp.154-155.

parcial, assumir uma posição pró ou contra as forças em ação nos diferentes atos do drama histórico.¹⁹⁴ Michelet é um historiador que se posiciona, que critica a Monarquia, que defende a democracia, que sofre com seu povo, sujeito da sua história. Sua paixão pela Revolução faz falar e faz agir os homens e as mulheres, que parecem ter em comum o desejo de construir um mundo fraterno.

Ao afirmar que a tarefa do historiador é ouvir e entender as “*palavras que nunca foram pronunciadas, palavras que ficaram nos abismos dos corações [dos mortos]*”, bem como fazer falar os silêncios, Michelet se coloca como guardião da memória dos mortos, ao mesmo tempo em que se revela tão atual.

Para White, as concepções de história em Michelet são anarquistas, porque

As diversas unidades intermediárias representadas por Estado, nações, igrejas etc, eram encaradas por Michelet como impedimentos ao desejado estado de anarquia, que, para ele, seria o único a assinalar o surgimento de uma verdadeira humanidade.¹⁹⁵

Romântico, anarquista, profissional... independentemente do enquadramento que se faça do genial Jules Michelet, ele nos deixou uma incomensurável herança na arte de escrever, de sentir, e de entender a história, ao mesmo tempo em que se evidencia sua atualidade no debate paradigmático acerca do fazer da história hoje.

A força da atualidade do historiador Michelet tem sua intensidade expressa nas palavras de François Furet, ao tentar compreender o fascínio que Jules Michelet exerce sobre o leitor de ontem e o de hoje:

¹⁹⁴ Ibid, pp. 168 e 172, respectivamente.

¹⁹⁵ Ibid., p.172.

O leitor de hoje em dia é, como o de ontem, absorvido pela narrativa torrencial, cativado pela verdade intemporal de uma história erudita escrita à moda de poesia. Desse drama decisivo que durou um pouco mais de cinco anos, da primavera de 89 ao verão de 94, Michelet reinventou e restaurou os inúmeros atores, os melhores momentos, os acasos e as fatalidades, as paixões e as razões. Por causa do poder com que advinha os homens e as coisas, permanece o maior dos intercessores entre a Revolução Francesa e a ilimitada corte de seus filhos.¹⁹⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barthes Roland. **Michelet**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- Furet, François e Ozouf, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Trad. Henrique Araújo Mesquita. São Paulo: Nova Fronteira.
- Michelet, Jules. **História da Revolução Francesa**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras/ Círculo do Livro, 1989.
- White, Hayden. **Meta – História: A imaginação histórica do século XIX**. Trad. José Laurêncio de Melo. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

¹⁹⁶ Furet, F. e Ozouf, M. Op. cit., p. 1031.